

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5589/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5280/2023-PGJ, de 2.10.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de outubro de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
2 (19h01min) a 9.10.2023 (11h59min)	1ª PJ de Chapadão do Sul	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	99301-3535

- Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
2 (19h01min) a 9.10.2023 (11h59min)	1ª PJ de Chapadão do Sul	Thiago Barile Galvão de França	99235-1011

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5602/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 2 e 3.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2014 a 6.1.2015, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5600/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 29 e 30.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 4990/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes 27 (vinte e sete) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 15.9 a 11.10.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008851-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5500/2023-PGJ, DE 9.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 5 (cinco) dias de folga compensatória nos dias 31.10 e 1º.11.2023 e no período de 8 a 10.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2015 a 6.1.2016, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5622/2023-PGJ, DE 17.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Prorrogar, pelo período de 2 (dois) anos, os efeitos da Portaria nº 3734/2020-PGJ, de 24.11.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 5617/2023-PGJ, DE 17.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 21 e 22.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2013 a 6.1.2014, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5001/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 21.9 a 20.10.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008641-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5593/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Élcio Félix D'Angelo 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5594/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Élcio Félix D'Angelo 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 22 a 26.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5595/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 4 (quatro) dias de folga compensatória nos dias 12 e 29.1 e 2 e 3.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4992/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008853-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5592/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 19 e 20.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5587/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva 1 (um) dia de folga compensatória no dia 29.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5574/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 1 (um) dia de folga compensatória no dia 30.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4998/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008638-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4994/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 21.8 a 9.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008892-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5572/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 3 (três) dias de folga compensatória no período de 20 a 22.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5571/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4234/2023-PGJ, de 3.8.2023, que indeferiu à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta: “no período de 4 a 23.9.2023”, passe a constar: “no período de 2 a 21.10.2023”.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4989/2023-PGJ, DE 20.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00008850-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5516/2023-PGJ, DE 9.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 921/2021-PGJ, de 12.3.2021, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscal administrativa suplente e fiscais técnicos do Contrato nº 136/PGJ/2020, de forma que, onde consta: “2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração; 3.1) Suplente – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica;”, passe a constar: “2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo, Auxiliar; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio” (PGA nº 09.2023.00000106-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5611/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 55/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Reginaldo de Oliveira Vilanova, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão Por Processos; 3.1) Suplente – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica (PGA nº 09.2023.00006279-4).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5612/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000347, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00009940-4).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5613/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora aposentada Sônia Lopes Chagas a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, a contar do mês de maio de 2023, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei Federal nº 7.713, de 22.12.1988 (PGA nº 09.2023.00009533-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5607/2023-PGJ, DE 16.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 16.10.2023, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Bruna Rech Lima, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA****PORTARIA N° 5090/2023-PGJ, DE 21.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.9.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2023.00008637-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 5621/2023-PGJ, DE 17.10.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Liliane Rosa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Maracaju, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 1º.9.2023, pelo período de 1 (um) ano.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000353 DE 09.10.2023 DO PROCESSO N° 09.2023.00010528-9**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Camila Augusta Calarge Doreto, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul *em substituição*.

Credor: Power Comércio de Equipamentos Industriais Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 52/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000353, de 09.10.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000354 DE 09.10.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00010501-2**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Camila Augusta Calarge Doreto, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul *em substituição*.

Credor: Lawtech Brasil Tecnologia Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 55/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 26.960,00 (vinte e seis mil e novecentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000354, de 09.10.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000355 DE 09.10.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00010512-3**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Camila Augusta Calarge Doreto, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul *em substituição*.

Credor: G P Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 56/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000355, de 09.10.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000358 DE 09.10.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00010519-0**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Camila Augusta Calarge Doreto, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul *em substituição*.

Credor: CH3 Comércio e Negócios Ltda Me.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 58/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.815,00 (três mil oitocentos e quinze reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000358, de 09.10.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000359 DE 09.10.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00010524-5**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Camila Augusta Calarge Doreto, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul *em substituição*.

Credor: Marck Tecnologia Comércio e Serviços Mecânicos Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 54/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000359, de 09.10.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 37/PGJ/2016**

Processo: PGJ/10/2410/2016 – PGA 09.2023.00000312-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **TAUNÁ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, representada por **Telmo Brugalli Flores**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel objeto do Contrato nº 37/PGJ/2016, em R\$ 673,05 (seiscentos e setenta e três reais e cinco centavos), pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 15.278,38 (quinze mil duzentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos).

Vigência: 16.10.2023 até 04.06.2026.

Data de assinatura: 16 de outubro de 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 40, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 15 E 16 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 JULHO DE 2023, PÁGINAS 32 E 33.****Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **HYPER TECHNOLOGIES COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Felipe Carvalho Querino**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	TV com mínimo 50 polegadas; Deve possuir tecnologia LED; com conversor digital embutido, deve possuir formato de tela <i>widescreen</i> (16:9); Deve possuir no mínimo 1.000.000:1 de contraste; Deve possuir <i>Closed caption</i> ; Deve possuir no mínimo resolução de 1920x1080 (Full HD: 1080p); Deve possuir suporte/base para mesa; Deve possuir no mínimo os sinais de vídeo de TV analógica e TV Digital; Deve possuir no mínimo as seguintes entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da Antena/Cabo; Deve possuir alto falante; Deve ser compatível com sistema de cor PAL, NTSC; Deve possuir ajuste no formato de tela; Deve possuir garantia de no mínimo 12 meses; Deve possuir alimentação bivolt; Idioma dos menus deverá ser em português; Deve acompanhar controle remoto e tudo que for necessário para seu perfeito funcionamento. Marca: HQ.	Unidade	10	2.338,83

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de janeiro de 2023.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 40 E 41, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 16 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 JULHO DE 2023, PÁGINAS 26 E 27.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **HOME NUTRI COMÉRCIO DE ALIMENTOS E NUTRIÇÃO EIRELI**, representada por **Kaique Pietro da Silva Calux**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Umificador ultrassônico de ar, de no mínimo 3 litros, potência de, no mínimo de 22w, 110v, portátil. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Marcas de referência: G-Life, G-tech, Ventisol, Britânia, EOS e Omron. Marca: Britânia.	Unidade	100	250,00
3	Refrigerador <i>Frost free</i> , com duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de, no mínimo, 240 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp e Consul. Marca: Consul.	Unidade	15	3.089,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de janeiro 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 41, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 17 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 JULHO DE 2023, PÁGINA 27.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **POWER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, representada por **Erikson Vanderlei Moura**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
4	Bebedouro Elétrico tipo coluna, com as seguintes especificações técnicas: uso com garrafão de 20 litros, gabinete em aço eletrinizado ou aço inox, sem emendas, base e pingadeira em plástico, conexões hidráulicas internas em material atóxico, torneiras em plástico ABS, uma para água natural e outra para água gelada, termostato com regulagem de temperatura externa, capacidade de resfriamento mínima 1,25 L/h, dimensões mínimas 950cm x 26cm x 35cm (AxLxP). Tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libell, Karina, IBBL, Masterfrio e Hiza. Marca: Libell.	Unidade	25	760,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 3 de janeiro 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 42, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 17 E 18 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 DE JULHO DE 2023, PÁGINA 28.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ARGOS LTDA**, representada por **Jonathan Pereira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
5	Purificador de Água Natural e Gelada para Fixação na Parede, com as seguintes especificações técnicas: água gelada e natural; filtro de carvão ativado, potência mínima: 100 Watts, suporte para copo; filtro com durabilidade mínima de 6 meses; reservatório de refrigeração: 1,20 litros de água no mínimo; termostato com regulagem de temperatura de água; sistema de refrigeração por compressor; <i>kit</i> de instalação para fixação em parede; torneiras ou botões de acionamento frontais (água natural e gelada), cor branca ou prata; tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libell, IBBL e Masterfrio. Marca: Libell.	Unidade	20	799,78
9	Ventilador Oscilante de Parede tipo comercial/industrial, motor ¼ HP, potência 180 a 220 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 4 (quatro) posições no mínimo ou controle eletrônico, carcaça motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: Ventisol.	Unidade	5	238,05



10	Ventilador Tipo Coluna, tipo comercial/industrial, potência 150 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável com no mínimo 3 (três) posições, carcaça do motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: Ventisol.	Unidade	10	347,02
13	Fogão Elétrico <i>cooktop</i> mesa vitrocerâmica, com 4 áreas de cocção (sendo dois queimadores elétricos de 1800W no mínimo e os outros dois queimadores elétricos de 1200W no mínimo), três níveis de potência, luzes indicadoras de calor residual igual ou acima de 50° C e luz piloto que indica que o queimador está em uso, acendimento automático, tensão: 220V, cor preto. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Fischer.	Unidade	15	2.350,16

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 2 de janeiro 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 36 E 37, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 12 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 DE JULHO DE 2023, PÁGINA 29.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARCK TECNOLOGIA COMÉRCIO & SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA**, representada por **Cristiane Mabel Teixeira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
7	Máquina para café expresso, média tiragem, voltagem: 220V; potência mínima: 1250W; pressão: 15 Bar; reservatório de água para no mínimo 1,7 litros; reservatório de grãos com capacidade aproximada de 300g; haste para cappuccino e bebidas quentes, moedor regulável. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Phillips.	Unidade	5	6.100,00
15	Ar condicionado portátil, capacidade 12.000 <i>Btu's</i> no mínimo. Voltagem: 127V; três opções de conforto térmico: refrigeração, ventilação e desumidificação; filtro antipó removível e lavável; controle remoto sem fio digital; funções <i>timer</i> , <i>sleep</i> , <i>swing</i> e auto; ajuste de temperatura eletrônico de 18° a 30°C; sistema de auto evaporação da água; duto de exaustão extensível até 2 metros. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: EOS.	Unidade	10	2.697,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 37, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 13 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 DE JULHO DE 2023, PÁGINAS 29 E 30.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LAWTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA**, representada por **João Tulio Cruz**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
8	Câmera panorâmica (180 graus) para vídeo conferência, com base, conforme as seguintes características técnicas: inclinação e zoom motorizados; viva voz integrado omnidirecional. Áudio: microfone de captação unidirecional; alcance mínimo de 2,4m de diâmetro; frequência do microfone: 200Hz - 8KHz ou superior; Nível de saída: 80dB, 1 ft (0.30 metros) ou superior. Vídeo: Full HD 1080p ou superior; 30fps ou superior; Campo de Visão de 78 graus ou superior. Adaptador AC e USB 2.0. Controle remoto. A câmera deverá ser compatível com <i>Windows 7</i> e <i>8</i> e com <i>Mac OSX10.6</i> ou superior. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: Logitech.	Unidade	70	1.348,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 38, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 13 E 14, E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 DE JULHO DE 2023, PÁGINA 30.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **G P COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ivanildo Penha Gomes**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Quadro branco não magnético, tela em laminado melamínico branco, moldura em alumínio, suporte na parte frontal inferior para apagador, ganchos na parte superior para fixação na parede, medindo 0,90m x 1,20m (A x L). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Stalo.	Unidade	20	125,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 38, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 14 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 DE JULHO DE 2023, PÁGINA 31.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ANTONIA RAIMUNDA ALVES** representada por **Antonia Raimunda Alves da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Projeto multimídia, tipo teto e mesa mínimo de 3.200 lumens; 127V ou bivolt. Garantia mínima: 3 anos/ 1 ano para a lâmpada; Acessórios: Cabo de força, AC, Cabo VGA, Controle remoto, baterias para o controle, Manual, Cartão de garantia. Marca: Flex Inter.	Unidade	5	2.300,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 2 de janeiro 2023.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 39, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINAS 14 E 15, E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 DE JULHO DE 2023, PÁGINA 31.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CH3 COMÉRCIO E NEGÓCIOS LTDA**, representada por **Gabriel Ruan Ferrão Chaves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
17	Forno Micro-ondas capacidade mínima 27 litros, potência mínima 900W, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Panasonic, LG, Samsung, Philco, Electrolux, Sharp, Cònsul e Midea. Marca: Midea.	Unidade	20	763,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 30 de dezembro 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.813, DE 10 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 39, NO DOMP-MS Nº 2.872, DE 10 DE ABRIL DE 2023, PÁGINA 15 E NO DOMP-MS Nº 2.932 DE 11 DE JULHO DE 2023, PÁGINA 32.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00007250-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, representada por **Leonardo de Araújo Vianna Soares**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
18	Câmera Webcam; resolução máxima: 720p 30 fps; 0.9 megapixels da câmera, foco fixo. Tipo de lente: plástico. Microfone integrado mono. Alcance do microfone até 1m, campo de visão (CDV) diagonal 55°, clipe universal que se ajusta a monitores de laptop ou LCD. Garantia de no mínimo 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Whale.	Unidade	100	83,40

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de janeiro 2023.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 65/2023.

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00010544-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande - MS

Objeto: Acompanhar as providências do Município de Campo Grande, com fundamento no poder de polícia administrativa, notadamente aquelas necessárias para o ajustamento de conduta ao que determina a legislação e a técnica pertinentes, em relação à atividade desenvolvida pela empresa J&W Comercial de Madeiras Ltda. (unidades Júlio de Castilho e Av. Tamandaré).

Campo Grande, 17 de Outubro de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.



---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**AMAMBAI**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES Nº 09.2023.00010838-6****EDITAL 0003/2023/GACEP/AMB**

A Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00010838-6, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00010838-6.

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Fiscalizado (s): 3ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPA-1 - Amambai (MS), Delegacia de Polícia Civil de Amambai/MS, URPI - Unidade Regional de Perícia e Identificação de Amambai, Núcleo Regional de Medicina Legal (NRML) de Amambaí.

Assunto: Controle externo concentrado na 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Amambai (MS), na Delegacia de Polícia Civil de Amambai (MS), e na URPI - Unidade Regional de Perícia e Identificação de Amambaí, Núcleo Regional de Medicina Legal (NRML) de Amambai e as medidas adotadas no âmbito do controle externo da atividade policial, durante o exercício do 2º Semestre 2023.

Amambai/MS, 17 de outubro de 2023.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

---

**APARECIDA DO TABOADO**

---

**EDITAL 001/2023/01PJ/ATD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Aparecida do Taboado-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida dos Estudantes, 3120 - Jardim Primavera, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001165-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: *Apurar eventuais ilegalidades relacionadas ao exercício de cargos em comissão e funções gratificadas no Município de Aparecida do Taboado/MS;*

Aparecida do Taboado/MS, 16 de outubro de 2023.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça

**BANDEIRANTES**

---

**EDITAL N. 0017/2023/PJ/BND**

Inquérito Civil n. 06.2023.00000936-6

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000936-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda Santa Otília Agro-pecuária LTDA (CNPJ n. 53.534.038/0001-00)

Assunto: Apurar suposto ato de maus-tratos contra animais domésticos e eventuais danos ambientais ocorridos nas propriedades rurais Fazenda Santa Maria das Perdizes e

Fazenda Pinheirão, localizadas no município de Jaraguari/MS.

Bandeirantes, 17/10/2023

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0018/2023/PJ/BND**

Inquérito Civil n. 06.2023.00000953-3

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000953-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Antonio Roberto Bittencourt Teixeira Pedrosa

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 19,5008 hectares, posteriores ao ano de 2008, na Fazenda Furninha – Gleba 01, em Jaraguari/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Auto de Infração nº 012435/2023 e Laudo de Constatação nº 015886/2023.

Bandeirantes, 17/10/2023

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor(a) de Justiça



---

**CAARAPÓ**

---

**EDITAL 0012/2023/02PJ/CRP**

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 10 de outubro de 2023, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, e como compromissário Luiz Sérgio Spricido, brasileiro, portador do RG nº 3342676-3 SSP/PR e do CPF nº 468.722.729-53, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 1749, aptº. 11, Centro, na cidade de Cascavel – PR, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2023.00000656-9, instaurado com objetivo de apurar a ausência de estrutura necessária para o desenvolvimento seguro da atividade de aviação agrícola na Fazenda Santa Fé. Os autos do referido procedimento, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta, podem ser integralmente acessados via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Caarapó-MS, 17 de outubro de 2023.

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL 0013/2023/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010793-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Sérgio Spricido.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2023.00000656-9.

Caarapó-MS, 17 de outubro de 2023.

ARTHUR DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

**NIOAQUE**

---

**EDITAL Nº 0031/2023/PJ/NOQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro, CEP: 79220-000, Nioaque/MS, Telefone: (67) 3236-1679.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000814-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Carlos Arifa Tigre

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 3,08 hectares de vegetação nativa, no Sítio Benô 1, em Nioaque/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 141/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 24/2ºGPMA/1ºPEL/4ºCIA BPMA/2023 ”

Nioaque, 9 de outubro de 2023.

MARIANA SLEIMAN GOMES  
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0032/2023/PJ/NOQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na rua Coronel Juvêncio, n. 262, Centro, CEP 79220-000- Nioaque/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000817-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eliandro Rezende de Macedo

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,99 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, no Lote 204 - Assentamento Boa Esperança, em Nioaque/MS, sem autorização ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 25/2º GPMA/1º PEL/ 4ª CIA BPMA/2023”.

Nioaque/MS, 9 de outubro de 2023.

MARIANA SLEIMAN GOMES

Promotora de Justiça